

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS – SESA
FACULDADE AMADEUS – FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

**FABIANA DOS SANTOS CUNHA
NEILMA SANTOS NUNES**

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO: a análise de uma escola no
estado de Sergipe**

**Aracaju – SE
2013.2**

C972r Cunha, Fabiana dos Santos

Reflexões sobre a educação do campo: a análise de uma escola no estado de Sergipe / Fabiana dos Santos Cunha, Neilma Santos Nunes. – Aracaju, 2013.

20f.

Orientador: Prof^a Dr^a. Lidiane Brito Freitas.

Artigo (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) –

FABIANA DOS SANTOS CUNHA

NEILMA SANTOS NUNES

**REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO: a análise de uma escola no
estado de Sergipe**

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de especialista em Pedagogia.

Orientadora Prof^a. Dr^a Lidiane Brito Freitas

Aracaju – SE

2013

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO: a análise de uma escola no estado de Sergipe

¹Fabiana dos Santos Cunha

²Neilma Santos Nunes

RESUMO

O presente TCC tem como objetivo analisar as questões que norteiam a educação do campo, bem como as dificuldades que limitam o avanço e a qualidade do ensino para a escola do meio rural. Com base nesta análise, buscamos nos aprofundar nas questões que dizem respeito às grandes dificuldades e limitações que precisam de reflexões para ser vistas por políticas públicas que visam à melhoria no processo de ensino e aprendizagem dos menos favorecidos socialmente. O artigo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica a partir da análise de fontes como livros, artigos, assim como a coleta de dados mediante a aplicação de entrevista com a direção e os professores. Conclui-se que os efeitos da pouca valorização do docente, a inexistência de alunos em sala de aula por motivos de trabalho, a falta de investimento para formação continuada e capacitação do professor, acabam não garantindo uma educação de qualidade, que lhe proporcione uma leitura crítica de mundo para que haja transformação em benefício da escola do campo, diante da realidade brasileira que ainda apresenta-se injusta e desigual.

Palavras-chave: Educação do campo, qualificação docente e políticas públicas.

ABSTRACT

This TCC aims to analyze the issues that guide the education field as well as the difficulties that limit the progress and quality of education for rural school. Based on this analysis, we seek to delve into the issues that concern the major difficulties and limitations that need reflections to be seen by public policies aimed at improving the teaching and learning of disadvantaged social process. The article is based on literature from the analysis of sources such as books, articles, and data collection by applying interview with the direction and teachers. We conclude that the effects of low appreciation of teachers, the lack of students in the classroom for work, lack of investment for continued education and training of the teacher, do not end up guaranteeing a quality education that provides you a reading criticism from world to any processing on behalf of the school field before the Brazilian reality that still presents itself unjust and unequal.

Keywords: Rural education, teaching qualification and public policies.

¹Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus.

²Graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de estudo a verificação da Educação do Campo em função das necessidades básicas para a formação do indivíduo que vive do meio rural. É importante ressaltar que pessoas como estas têm direito à educação de qualidade assim como as que vivem em áreas urbanas.

Estudos recentes declaram que o índice de evasão, a carência de políticas públicas para melhor desenvolvimento da Educação Rural e a valorização do docente, ainda continuam sendo os principais motivos para que o processo de ensino aprendizagem de algumas escolas da zona rural não obtenham resultado positivos. Para muitos educadores, o que configura esses resultados é o fraco desempenho da escola básica a partir de dois fatores essenciais: o capital sociocultural desses estudantes e a qualidade de ensino que não são valorizados e nem levados a sério pelas organizações governamentais.

O campo possui características que interferem no trabalho desenvolvido pela escola, dificultando assim o acesso e permanência das crianças no processo educacional, causando assim, prejuízos irreparáveis ao ensino aprendizagem do educando. A Educação do Campo tem que ser oferecida ao educando considerando sua realidade socioambiental e cultural, devido ao deslocamento da zona urbana para zona rural de educadores e a ausência de pessoas qualificadas para exercer a atividade desempenhada para as pessoas do campo complica ainda mais o processo de ensino aprendizagem. A maioria dos municípios brasileiros sofre com a falta de gestores, as políticas públicas educacionais estão a desejar. Podem até existir projetos, mas ainda não estão sendo executados como deveriam.

A Educação oferecida para escola do campo é tão humilde quanto a visão das pessoas que vivem em na zona urbana. O campo é visto como atrasado nos diversos aspectos como educação, transporte, etc.

O Conselho Nacional de Educação Básica aprovou, em 2001, as diretrizes operacionais para a Educação do Campo, buscando adequar conteúdos metodológicos, tempo e espaço pedagógico através da pedagogia da alternância aos estudantes de comunidades camponesas. A partir daí, passou-se a ter uma nova visão da identidade cultural dos sujeitos envolvidos nesse processo educativo. Assim, o respeito à realidade concreta dos alunos do campo será valorizada e vista como importante para a sociedade moderna.

Ao adentrarmos no segmento educacional da escola do campo, temos como objetivo geral analisar o desenvolvimento das práticas pedagógicas numa escola rural do estado de Sergipe no tocante à formação docente. Destacam-se como objetivos específicos:

Diagnosticar a valorização do profissional docente em formação continuada; verificar se há ou não políticas públicas que visem à melhoria para o ensino; apontar os motivos referentes à evasão no caso da sua existência.

Podemos nos deparar com professores leigos na Educação Rural. É importante observar se esses professores são ofertados com algum tipo de qualificação ou formação continuada voltada para Educação do Campo.

A existência de políticas públicas que visam melhorias no segmento da educação rural demonstra que é importante que a escola tenha um comitê pedagógico para a criação dessas políticas, a observação em evasão escolar, saber quais são as causas e motivos, e o envolvimento da família que por muitas vezes são os responsáveis pela evasão, alegando que por motivos de trabalho não consegue nem sequer concluir o fundamental maior.

Na metodologia buscaremos recolher dados importantes da educação assistida na escola, e verificaremos qual é a formação dos docentes, o método de trabalho com os alunos assistidos, se há benefícios governamentais, recursos, e a formação dos professores leigos da zona rural, para a construção do conhecimento em sala de aula.

Planejar a aplicação de um questionário de pesquisa para conhecer o nível atual de satisfação dos colaboradores da instituição de ensino. Neste sentido poderemos observar e identificar eventuais problemas desta escola, seja estrutural, emocional ou funcional, conversando e entrevistando o funcionário, ele estará contribuindo e participando, dando sua opinião, e a partir dos resultados obtidos serão implementadas ações que busquem contribuir para elevar o nível de satisfação dos mesmos.

No questionário será desenvolvida uma pesquisa de campo, com perguntas que envolvam as seguintes questões: se os funcionários são concursados ou se há cargos de comissões; se o corpo docente está completo; o nível de evasão de alunos e o porquê dessa; estrutura da escola; equipamentos e recursos; regimento escolar, entre outros onde possa nos dar dados importantes para o desenvolvimentos do nosso trabalho.

Diante do exposto surge a problemática da pesquisa: De que forma ocorre a formação docente, e como ocorre a qualificação destes docentes nas escolas do campo?

2. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1 Aspectos Históricos no Brasil

No Brasil há inúmeras escolas na zona rural. Em cada interior existe pelo menos uma para cada município ou povoado, porém é nos povoados que a situação é mais

complicada. Ainda é existente a presença de grupos escolares e salas multisseriadas para atender as crianças desta localidade, já os jovens e adultos para um atendimento do EJA precisam se deslocar para municípios ou povoados vizinhos de ônibus escolares quando os tem. Mas ainda em alguns estados, principalmente no nordeste, muitos se transportam com meios ilegais como caminhões pau de arara, caronas, e ônibus fretados em condições precárias.

E os professores precisam encarar essa realidade, para não desanimar, e desanimar o aluno. Muitos professores não têm uma formação para educação no campo, alguns possuem apenas o magistério. Não deixando de ressaltar o meio onde essas aulas são lecionadas, como a localidade, condições estruturais e recursos. Segundo TURRA (1982),

O conhecimento da realidade deve ocorrer antes da formulação dos objetivos. Para que isso se efetive é necessário que o professor faça o balanço sistemático das características, condições e problemas da realidade em que vai atuar. Esta tarefa envolve o aluno, professor e o meio.

A problemática sobre a formação do docente na zona rural é feita através da construção da identidade do professor e seu espaço institucional de trabalho nas suas diversidades socioculturais. O ideal é que as instituições formadoras de professores ofereçam disciplinas sobre a Educação do Campo; educação zona rural para um melhor planejamento desses professores quando forem executar suas ações nestas regiões, também cursos de aperfeiçoamento, alguma formação continuada para os que já estão formados e exercendo a profissão nessas regiões, é claro que o governo estadual ou até federal precisam dar o suporte básico e necessário para isso acontecer.

Segundo MAZZOTTI (1994), afirma que: “Ao planejar a formação de professores, como em qualquer planejamento, é preciso reconhecer as circunstâncias e trabalhar a partir delas. Do contrário, corre-se o risco de estabelecer um processo irrealizável, ou de procurar realizar algo que pode ocorrer como exceção.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, o professor, um profissional, deveria obter a formação pré-serviço em um curso delineado para tal. Enquanto isso, a Lei 5.692/71, passou a exigir uma especificidade de habilitação, já interpretada em que o conteúdo é função do método e vice-versa.

Atualmente, o sistema escolar brasileiro é regido pela LDB 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e declara que “a educação, os processos formativos que se desenvolvem em todas condições da vida social por meio do ensino em instruções

próprias e que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, pois as crianças assistindo seus pais que são trabalhadores rurais, alguns trabalham com seus pais para poder ajudar na lavoura e nas condições econômicas para obter a renda familiar, em alguns casos, ocorre a evasão escolar com os que trabalham pois não conseguem associar o ritmo do trabalho rural com a sala de aula, então é preciso haver as praticas social, ver se o município é assistido com algum projeto social, se os educadores sociais se envolvem nesses processos juntamente com o professor para poder diminuir essa evasão e aumentado a qualidade do ensino nesse meio.

Segundo Moacir Gadotti, que compete aos municípios, através de suas secretarias de educação, a responsabilidade de colocar em ordem seus processos de ensino e administrar seus programas e projetos de formação e qualificação de seus programas e projetos de formação e qualificação de seus docentes de ensino básico educação infantil, nos limites das diretrizes e objetivos nacionais.

A grande maioria dos professores quer se aperfeiçoar, mas a educação não tem como evoluir sem a valorização do profissional. É preciso ofertar mais cursos de capacitação, recursos para um bom trabalho, melhorar o rendimento desses docentes e uma boa remuneração salarial.

2.2 Aspectos Históricos em Sergipe

A proposta das autoras sergipanas Sônia Azevedo e Mônica Molina é pensar a Educação do Campo como um processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de luta de suas organizações. A Educação do Campo assume sua particularidade com sujeitos sociais concretos, e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade porque antes, durante e depois de tudo ela é educação, a formação de todos os seres. O contexto originário da Educação do Campo tem como elementos principais o campo e a situação social objetivada das famílias trabalhadoras nessa época, seja com o aumento da pobreza, a degradação da qualidade de vida, o aumento da desigualdade social e da exclusão. O povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive; o mesmo direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às necessidades humanas sociais (Caldart, 2002). A Educação do Campo se constitui a partir de uma contradição que é a própria contradição de classe no

campo; existe uma incompatibilidade de origem entre a agricultura capitalista e a Educação do Campo, exatamente porque a primeira sobrevive da exclusão e morte dos camponeses, que são os sujeitos principais da segunda.

O movimento inicial da Educação do campo foi o de articulação política de organização e denúncia e luta por políticas públicas de educação do campo, e para mobilização popular em torno de um outro projeto de desenvolvimento. Talvez possa ser considerada uma das realizações práticas da pedagogia do oprimido, à medida que afirma os pobres do campo como sujeitos legítimos de um projeto da educação emancipatório e, por isso mesmo, educativo.

O projeto da Educação do campo precisa estar atento para os processos produtivos que conformam hoje o ser trabalhador do campo e participar do debate sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos de desenvolvimento locais e regionais que podem desenvolver dignidade para as famílias e as comunidades do campo. As autoras defendem a valorização e formação dos educadores, afirmam que em muitos lugares os educadores têm sido sujeitos importantes da resistência social da população do campo, especialmente nas escolas. Para que a Educação do campo possa fluir, significa fornecer educadores e educadoras do campo para atuação em diferentes espaços educativos; é por esses fatores que o projeto político pedagógico da educação do campo deve incluir uma reflexão sobre qual o perfil do profissional de educação que precisamos e sobre como se faz esta formação; para compreender o lugar da escola na Educação rural, é necessário compreender o tipo de ser humano que ela precisa ajudar a formar e como pode contribuir com a formação dos novos sujeitos sociais que vêm se construindo no campo, hoje a escola precisa cumprir a sua vocação universal; de ajudar no processo de humanização das pessoas e com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva.

A construção de uma visão de mundo precisa fazer uma verificação da escola, a qual muitas vezes trabalha conteúdos fragmentados, ideias soltas, sem relação entre si e muito menos com a vida concreta; são muitos estudos e atividades sem sentido, fora de uma totalidade que deveria ser exatamente a de um projeto de formação humana com propósitos de inclusão escolar do campo. Desde que os Portugueses invadiram o Brasil, em 1500, século XVI o processo de exclusão social e também político, econômico e cultural, ainda nos dias atuais, fazer uma referência a este processo de inclusão não leva a um debate nos mostrando que a resistência ainda é forte por parte da sociedade neoliberal, principalmente por aqueles que ainda se beneficiam com a exclusão social. A temática “Educação do Campo” deixa claro o descaso com que os governantes tratam a “educação rural,” No Início do século XXI os

movimentos e organizações sociais e na academia científica, a educação do campo está se contrapondo ao modelo urbano e tecnocrata de educação, porque o modelo atual só prepara os cidadãos para o trabalho, sem se preocupar com a cidadania, habilitação, relações sócias, cultura e formação ético-social. Neste sentido (Penhuro) afirma que:

[...]. a educação do campo tem se caracterizando como espaço de precariedade por descasos, especialmente pela ausência de políticas públicas para as populações que lá residem. Essa situação tem repercutido nesta realidade social, na ausência de estradas apropriadas para escoamento da produção; na falta de atendimento adequado a saúde; na falta de assistência técnica; no não acesso à educação básica e superior de qualidade entre outros. (PENHURO, ano,p.)

Segundo Sônia Azevedo e Mônica Molina, ano 2004, houve avanços, mas há também lacunas que ocorrem na educação no Brasil, afirma que tudo foi inovado no campo menos na educação. No início do Império (1822), até meados do século XX, era uma educação para elite econômica e intelectual, com exclusão dos pobres, negros e índios. Mais de um século depois a educação no Brasil continua privilegiando as cidades do perímetro urbano, qualificando mão de obra para o mercado de trabalho; embora milhares de municípios brasileiros sejam de características predominantemente rurais e a educação oferecida nas escolas públicas desses municípios independente de onde estejam os prédios – é na sua maioria, uma educação elitista que não atende as necessidades dos homens, mulheres e jovens que vivem e trabalham no campo. Para os que residem no campo precisam de transporte para estudar nas cidades é a educação preparatória para o trabalho nos centros urbanos, visando atender as necessidades do agronegócio, agroindústria e comércio. O povoado onde residem essas pessoas; a escola não oferece muitas vezes nem o fundamental maior é por um desses motivos que o órgão responsável possa oferecer pelo o menos um transporte de qualidade para atender uma das necessidades do povo que moram no campo.É a educação preparatória para o trabalho nos centros urbanos,visando atender as necessidades do agronegócio, agroindústria e comércio.Voltando ao início do século XX, Carvalho (2008,p.54) nos diz que “Até 1930, o Brasil era predominantemente agrícola.” O censo de 1920, por exemplo, registrou que apenas 16,6% da população viviam em cidades de 20 mil habitantes ou mais(...) e 70% se ocupavam de atividades agrícolas.” A evidência é tal que as reformas ou tentativas delas, que existiam no início do século, inclusive a constituição de 1934 não beneficia as que residiam e trabalhavam nas áreas rurais, à exceção dos filhos das elites agrárias. É notável o descaso com a educação rural. A partir de meados dos anos de 1950, iniciou um processo de dualismo onde as economias começam a trilhar caminhos distintos no Brasil.

De certa forma os caminhos percorridos pela indústria e pela agricultura são dicotômicos. Sandroni (1999) afirma que um setor é “moderno” e o outro “arcaico” um “avançado” e outro “atrasado” ou mesmo um é rural e outro é urbano. Esta maneira de pensar setores econômicos onde um é avançado e outro é atrasado foi típico de um país em fase de industrialização, onde se faziam necessárias mudanças no pensamento dos dirigentes e das elites rurais em busca de desenvolvimento industrial. No Brasil, segundo Sandroni (1999, p. 186):

[...] o dualismo desenvolveu-se a partir dos anos 50 com as concepções estruturalistas (os Dois Brasis ou o Dualismo Estrutural), Sendo que as estruturas atrasadas do meio rural seriam um impedimento ao desenvolvimento dos setores dinâmicos como a indústria[...].

Os governantes tiveram a partir do desenvolvimento das indústrias uma visão dualista, uma para o setor rural de relativo abandonado e o outra para as cidades em via de industrialização de apoio e preocupação. A visão dos governantes era de que os pequenos produtores e trabalhadores rurais se mudariam para os centros Urbanos, pois não havia programas que os auxiliassem no campo, mesmo para permanecerem no campo, mais ainda pelo fato das recentes indústrias estarem precisando de mão de obra para seu desenvolvimento. É neste período (1950-60) que se observa a migração forçada rumo os centros urbanos. Em 1960, a educação entrou em processo de universalização para atender as novas necessidades da economia em curso. As escolas, agora públicas, também destinadas aos pobres, à classe trabalhadora, passaram a ter como finalidade, a formação de técnicos para a indústria.

A partir desta década muitas escolas situadas nas áreas rurais começaram a ser desativadas, ficando seus prédios abandonados. Na prática, a escola no Brasil historicamente produziu um quadro de exclusão das camadas baixas da sociedade. De acordo com Castro, além de a escola da segunda metade do século XX ser excludente nos afirma inda que: “[...] não se tornou uma instituição democrática. Ela não é acessível a toda as classes sociais [...]. Existe, portanto, que eles (alunos) percebam o sentido de suas atividades e respondam a suas demandas [...] demonstra que é uma instituição burguesa, pois opera um modelo elitista ajudando apenas à realidade das classes privilegiadas (2003, p.29)”.

O ensino no perímetro urbano foi intensificado e milhares de construções na zona rural, antes educacionais, tornam-se inutilizados, absolutas, levando a educação na zona rural a ficar à mercê de sua própria “sorte”. Para se ter uma ideia, na metade do século XX, o governo brasileiro autorizou a criação dos colégios agrícolas. De acordo com Constituição

Federal de 1946, artigo 168, [...] empresas industriais, comerciais e agrícolas [...] são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e filhos destes[...]. Os colégios criados foram instituições dentro das grandes propriedades rurais com objetivos de produzir uma mão de obra técnica e especializada de atendimento aos produtores rurais que se utilizavam do trabalho barato/gratuito dos estudantes para se enriquecerem. Na prática, ocorreu exploração da mão de obra de estudantes na produção agrícola, acobertada pela constituição, pelo Estado e por outras formas legais. Se em pleno início do século XXI, com toda evolução nos transportes, os alunos das zonas rurais sofrem para chegar às escolas e estudar imaginemos o transtorno e sofrimento nas décadas anteriores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 4024, de 1961, por exemplo, no Título III, art. 32, previa que:

Os proprietários rurais que não pudessem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a frequência às escolas mais próximas, ou propiciar a instituição e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades (BRASIL, 1961).

A preocupação na época não era de que a educação fosse para todos e de que os camponeses fossem atendidos no direito à educação. O desenvolvimento industrial era o “Carro chefe”, apontando diretrizes às escolas primárias em propriedades rurais que seriam aproveitadas posteriormente nas industriais instaladas nas cidades. Leituras detalhadas sobre a temática nos indicam que os avanços mais significativos foram e continuam sendo conquistados após a promulgação da constituição em questão, que abriu caminhos à busca de direitos sociais que historicamente tinham sido negados. Com isto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, trouxe em si “avanços” e proporcionou conquistas voltadas às políticas educacionais para o campo, mesmo que nas entrelinhas da LDB estejam os interesses neoliberal. Santana (2006) discutindo tais interesses na LDB, diz que “não é possível negar o neoliberalismo presente no cotidiano escolar” e acrescenta “a subordinação da educação a valores de mercado [...]”. Por outro lado, o artigo 28 da LDB aponta direcionamento específico a escola do campo. O artigo prescreve que,

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural.
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB. 1996).

Apesar de a LDB mencionar a oferta da educação básica para a população rural, não é a mesma compreensão dos movimentos sociais e da academia científica em relação à educação do e campo. Enquanto a LDB se volta à lapidação e mão de obra visando o mercado de trabalho os movimentos sociais e academia vê a educação do campo como mudança de sociedade e formação de cidadania. A LDB também se cala quanto à continuidade dos estudos que se formam no ensino médio nas instituições de ensino existentes no campo e as pesquisas acadêmicas indicam que milhares dos que se formam no ensino médio, sendo prejudicados pela ausência de políticas públicas de incentivo ao ensino superior.

A título de finalização, a Educação do Campo, diferente do modelo neoliberal de educação, contribui com a construção de uma memória coletiva, do resgate da identidade do homem do campo por meio da educação junto às crianças, jovens e adultos, criando o sentimento de presença ao grupo social ao qual a educação do/no campo está inserida, seja nas escolas dos assentamentos, acampamentos ou nas escolas em distritos, glebas, patrimônios, seringais ou comunidades quilombolas. A educadora Camilo (2008) traz uma contribuição interessante sobre o resgate da memória coletiva e o resgate da cultura camponesa, no sentido de entendermos as dificuldades na construção da identidade do homem do campo. Afirma que,

[...] Muitas vezes o camponês recusa-se a seguir sua identidade, pois ao longo de sua história foi considerado como “rude e “inferior.” O próprio campo é visto como um espaço inferior à cidade. A consciência de classe passa pela consciência de identidade, que, no caso aqui discutido, é a da cultura camponesa [...]. (CAMILO. 2008 p. 21).

Para a formação da consciência, do resgate da memória coletiva e da cultura camponesa é interessante que a organizações das escolas de municípios, distritos e patrimônios de características rurais que desenvolvam projetos de educação do campo.

O silêncio, esquecimento e o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais foi o que incentivou Miguel Gonzales Arrojo, Roseli Salete Caldart e Mônica Castanga Molina a chegarem a conclusão de que a educação do campo, tornando-se um dado histórico. O movimento por uma Educação do Campo nasceu para denunciar esse silenciamento e esquecimento por parte dos órgãos governamentais. Direitos usurpados, negados, o direito à educação que vem sendo negada a população trabalhadora do campo.

A escola no meio rural passou a ser tratada como resíduo do sistema educacional Brasileiro e conseqüentemente foi negado o acesso dos avanços havidos nas duas últimas décadas no reconhecimento e garantia do direito à educação básica. A educação do campo nasce de outro olhar sobre o campo. O debate da relação campo-cidade perpassa todas as reflexões da educação do campo.

Um projeto popular de desenvolvimento do campo é uma realidade que começa a ser construído, exige uma educação que prepare o povo do campo para ser sujeito desta construção. Uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e a tecnologia socialmente produzidas e acumuladas, também contribui para dar valores a cultura, das auto imagens e identidades da diversidade que compõem hoje o povo Brasileiro do campo. A escola é um lugar privilegiado de formação de conhecimentos e cultura das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Por isso que a Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo iniciada em 1998 pela equipe: Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB; movimento dos trabalhadores rurais sem terra –MST; Fundo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura- Unesco e universidade de Brasília –UMB, tem como objetivo, ajudar e recolocar o rural, e a educação que a ele se vinculam, na agenda política do país. Todos que participaram da promoção deste evento partilharam da convicção de que é possível e necessário pensar, implementar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, que inclua as milhões de pessoas que atualmente vivem no campo, e de que a educação, além de ser um dos direitos que lhe cabe, faz parte desta estratégia de inclusão. Um dos desafios que temos perceber é; qual educação esta sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nesta oferta. Segundo a LDB, Lei nº 9394/96, identifica a Educação Básica como um dos níveis da Educação Escolar (o outro é da educação superior) formada pela a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (artigo 21), que inclui também a Educação de jovens e adultos.

O movimento social no campo é educativo, a educação faz parte da dinâmica propícia, oportuna e histórica para repensar radicalmente a educação, porque o campo no Brasil está passando por tensões, lutas, debates, organizações, movimentos extremamente dinâmicos. O MST tem uma pedagogia. A pedagogia do MST é o jeito através do qual o movimento vem formando historicamente o sujeito de nome sem terra. A pedagogia da terra brota de uma mistura do ser humano com a terra, ela é mãe e, se somos filhos e filhas da terra, nós também somos terra. A escola do campo precisa ser ocupada pela pedagogia do movimento que forma os sujeitos sociais do campo, a escola é, de modo geral, uma instituição conservadora e resistente à ideia de movimento e um vínculo direto com as lutas sociais. Com a aprovação das Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo é considerado como um

ponto e chegada nessa caminhada. O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem morar trabalhar, estudar com dignidade de quem tem seu lugar, a sua identidade cultural. O campo é espaço, território de camponeses e quilombolas; não é só latifúndios. É no campo que estão as florestas, onde vivem as nações indígenas por tudo isso, o campo é lugar de vida e sobretudo de educação com qualidade.

Em relação a experiências de formação de professores para as escolas do campo temos como ponto de partida a contribuição da universidade para ajudar a identificar alguns pontos importantes neste projeto; a partir de meados de 1980, algumas pessoas em educação dão ênfase à relação entre educação e movimentos sociais. As preocupações principais giraram em torno das temáticas de educação do campo: movimentos sociais, políticas públicas; e desenvolvimento: formação e trabalho docente nas escolas do campo; políticas de Educação do Campo e comunicação.

No campo da formação de professores, diagnósticos da educação do campo sobre processos de escolarização de crianças, jovens e adultos, bem como sobre práticas educativas trazem elementos para discussões sobre identidade e formação. Pelos estudos realizados verificamos que a educação do campo nasce da problemática da exclusão provocada pelo sistema capitalista que atinge a população camponesa e possui uma relação direta com os diferentes processos de luta social. Segundo Molina (2004):

A formação de professores nesse caso é o objeto de estudo, por ser um tema que necessita de um grande esforço teórico capaz de possibilitar a análise dos processos formativos referente a complexidade do meio rural Brasileiro.

Já em Sergipe a pesquisa realizada pelo Instituto Datasol, em 2008, aponta um crescimento da taxa de ocupação das pessoas residentes no meio rural de acordo com a situação censitária. Sergipe é um dos exemplos de recuperação do meio rural. Ao mesmo tempo possui índices baixos de desenvolvimento humano de analfabetismo de jovens e adultos e escolaridade básica. No campo da formação de professores, há somente uma universidade pública no Estado para fazer formação de licenciados, as demais são privadas. No entanto, a única universidade pública tem passado por reestruturação na oferta e nos currículos de formação de professores. É necessário analisar quais as condições educacionais que podem permitir criar um currículo que esteja pautado na relação entre educação e trabalho no campo, modo que a escola possa contribuir para formar professores com base em uma pedagogia social; vem requerida na Resolução das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB 1/2002). A UFS trabalha com educação

e os movimentos sociais. A licenciatura do curso de pedagogia foi uma luta dos movimentos sociais em âmbito nacional e no Estado de Sergipe. O curso de licenciatura em Educação do Campo foi aprovado por meio da Resolução Conselho de Ensino e Pesquisa- CONEP/UFS nº 08/2008 aprova a implantação do projeto pedagógico do curso de graduação em licenciatura em Educação do campo.

A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas, sendo inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na exclusão, a educação para os povos do campo vem sendo trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos essenciais marcados por conotações urbanas e, geralmente, deslocado das necessidades da realidade local e regional(SOUZA y REIS,2009).

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo buscou descrever e analisar os dados coletados no decorrer da pesquisa de campo em que foram utilizadas as técnicas da observação e da entrevista. O instrumento de pesquisa foi aplicado aos docentes da escola, bem como a diretora abordando questões referentes à formação e à qualificação docente, como os docentes avaliam a aprendizagem dos alunos, qual é a relação com os alunos e a comunidade, como é a caracterização da comunidade e sua participação na escola.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas do país e principalmente nas escolas localizadas na zona rural ainda existem pessoas que buscam o aprender, querem dar o melhor para o processo de ensino e aprendizagem para o povo do campo.

Em relação ao planejamento das atividades pedagógicas, a diretora da escola assinala que segue corretamente o Projeto Político Pedagógico, que é elaborado juntamente com os professores e discutido anualmente com a diretoria. Alguns projetos foram desenvolvidos a fim de envolver a comunidade. A Água é um projeto que envolve todos os alunos da escola e a comunidade, assim como este projeto temos o mês das mães que se tornou tradição com a iniciativa da escola junto à associação de moradores do povoado.

Sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, o corpo docente nos declarou que o ensino é regular, porque a base que a escola proporciona ainda não é satisfatória para muitos alunos que saem do fundamental menor. A aprendizagem dos alunos é comprometida por vários fatores; fatores estes que muitas vezes não conseguimos detectar por conta da falta de

qualificação de forma geral do corpo docente da escola. O comprometimento da aprendizagem pode ser devido à falta de conhecimentos dos pais e da formação dos professores, ocasionando um processo de aprendizagem inconsistente, podendo levar ao fracasso e limitando mais na frente que estes alunos possam continuar sua formação acadêmica.

Acerca da importante e difícil tarefa que é a interação da escola com a comunidade, constatou-se que a relação entre os alunos e a comunidade é muito boa, segundo a diretora. Mas apesar dos projetos que foram elaborados e executados para melhorar essa interação, a comunidade ainda precisa participar de forma efetiva nas ações promovidas pela escola, uma vez que ainda há algumas pessoas com muita resistência para trabalhar juntamente com a escola.

Fica demonstrado com a pesquisa que há pouco contato com a direção, visto que muitas vezes a família não dá a devida importância à aprendizagem dos filhos. Apesar das dificuldades em relação à comunidade, a escola apresenta uma melhoria no ensino em si.

Sobre a avaliação do processo de ensino da escola, identificou-se que a mesma passou por um período de melhoria. Apesar de o corpo docente só ter uma professora com graduação e pós-graduação nas áreas previstas pela LDB e as demais terem o magistério como base para atuar na área; o Projeto Político Pedagógico foi seguido a risca, possibilitando que as atividades sejam construtivas, acumulativas e valorosas para os alunos e proporcionando um ensino baseado na realidade da comunidade local. Se as políticas públicas fossem favoráveis às escolas do campo de forma integral com certeza proporcionariam um ensino muito melhor para o aluno dessa comunidade.

Para o melhor desempenho dos alunos que vivem na comunidade, questionou-se sobre como os docentes são capacitados, se há formação continuada. A diretora nos respondeu que o corpo docente é composto por um diretor com Licenciatura em Pedagogia, três professores, sendo uma professora graduada em Pedagogia e Pós Graduada em Psicopedagogia, Educação Infantil e Educação de Jovens e Adultos e as demais possuem apenas o Magistério para atuar nas funções que requerem um pouco mais de conhecimentos. Segundo a diretora da escola, o município oferece cursos de capacitação, mas nem sempre com o objetivo de mostrar para estes professores que eles têm oportunidade de adquirir novos conhecimentos, ensinando como trabalhar com projetos, direcionando os recursos necessários para a melhoria do ensino e da valorização do professor. As necessidades básicas para o crescimento de uma escola do campo não depende somente de uma gestão determinada, mas precisa do poder público para que o ensino de forma geral seja satisfatório ou não.

Sobre o processo de integração entre o município e a escola, perguntou-se como a existência de políticas públicas. O município fica a desejar com as responsabilidades oferecidas, a escola recebe mensalmente um mil e duzentos reais (R\$ 1.200,00) para cobrir as despesas, a demanda de alunos é a justificativa para tal valor recebido pela instituição. O sistema municipal alega que esse valor é cabível para a quantidade de alunos, mesmo com três salas de aula multisseriadas a diretora nos afirma que há políticas públicas.

Ao adentrarmos no campo educacional da escola do campo podemos notar que a presença do gestor na comunidade é fundamental para que obtenha uma resposta concreta da necessidade de inclusão na escola.

Em relação à caracterização da comunidade e sua participação na escola, segundo a diretora da escola, é característica das comunidades do campo ser simples, uma vez que 90% dos habitantes têm um grau de parentesco muito próximo. As mulheres eram são donas de casa, antigamente elas trabalhavam na lavoura juntamente com os maridos e os filhos, homens e filhos; hoje só os homens trabalham na comunidade e as crianças frequentam a escola regularmente nos turnos vespertino e matutino, sendo que à noite a escola oferta o ensino de educação de jovens e adultos para aqueles que não conseguiram do fundamental menor.

4 CONCLUSÃO

Conforme, se demonstrou ao longo desse trabalho a escola sugerida para o campo da pesquisa é uma escola municipal localizada em um povoado no município de Arauá-SE. Bem, toda a comunidade que vive em área rural carrega em si uma bagagem de precariedade, um histórico de uma educação defasada, as perspectivas em torno da educação do campo é buscar novos caminhos. Entretanto, existem soluções para tantos problemas enfrentados pelo povo campestre por isso é necessário que haja uma política pública objetivada em verificar a existência de práticas favoráveis à realidade concreta do povo que vive e luta por uma educação de qualidade e igualitária.

As políticas públicas que o Estado determina para o município não são administradas adequadamente para a escola do povoado. Elas ficam a desejar principalmente quando se fala em como esta sendo executado o planejamento pedagógico da escola, o porquê das salas de aulas multisseriadas, com professores sem qualificação, a falta de recursos pedagógicos, visto que os existentes não são dignos para aquelas crianças.

Fomos pessoalmente observar, analisar como funciona a escola. Se compararmos; há muitas escolas do campo com estrutura bem melhor, projetos inovadores, corpo docente qualificado, comunidade presente; mas tudo isso só acontece se alguém ou a instituição estiver disposta a buscar um melhor aprimoramento do espaço educacional a fim de garantir uma melhoria da qualidade de vida de todos os que fazem a escola.

Com base nas respostas oferecidas pelo corpo docente, a família valoriza muito a escola, apesar das necessidades básicas que a instituição ainda enfrenta; questionam a escola porque os conteúdos transmitidos aos alunos são poucos ou nenhum, muitas vezes, alegam que os professores têm muito que aprender, mas que não podem fazer nada porque a realidade da comunidade é esta; e para que possa melhorar algo neste sentido é necessário a união da população para reivindicar políticas públicas de verdade com objetivos focados e executado para a população do campo.

No que se refere à evasão; a escola na década de 90 apresentou um índice altíssimo de desistências; pelos mesmos motivos de sempre deixaram de estudar para ajudar a família nas lavouras; com a escola neste mesmo período recém inaugurada as matrículas obtiveram uma porcentagem significativa, mas foi por pouco tempo. Os alunos evadiram e muitos deles nunca mais retornaram à sala de aula. Muitos ainda vivem no campo outros na zona urbana, mas muitos deles nem sequer concluíram o ensino fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JESUS, Sônia Meire S. Azevedo de (2003). Navegar é preciso, viver é traduzir rumos: rotas do MST. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

FREIRE, Paulo. Políticas e Educação. São Paulo: Editora Cortez, 1993.

ARTIGO: **JESUS**, Sônia Meire Santos Azevedo: Doutora em Educação, Professora da UFS Universidade Federal de Sergipe de Educação e Diversidade.

FILHO, José Custódio de Santana. Uso da pedagogia da Alternância Paulo Freire – O Diferencial na Educação: Uma experiência na Escola Estadual R. Eng. José Carvalho. 2003.

PINHERO, Maria do Socorro Dias. **A concepção da educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira**. Disponível em: <<http://WWW.brmonografia>.

SANTANA, Djárcia. A LDB e a educação do campo, 2006. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-ldb-e-a-educacao-do-campo/721/>